

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.656.196 - SP (2020/0021867-1)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA.
AGRAVANTE : ASSOCIAÇÃO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO
RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO
ADVOGADOS : LUIZ FELIPE PEREIRA GOMES LOPES - SP184149
LUIZ ANTONIO CASTRO DE MIRANDA FILHO - SP296837
AGRAVADO : I 9 CENTRO DE FORMACAO E CAPACITACAO
PROFISSIONAL LTDA
ADVOGADO : ALESSANDRO CIRULLI - SP163887

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por ASSOCIAÇÃO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO e OUTRO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

Apelação cível. Obrigação de fazer c.c. indenização. Recusa da apelada em encerrar toda e qualquer atividade vinculada à marca UNIP, após o encerramento do contrato. As provas produzidas durante a instrução são suficientes para comprovar o reiterado descumprimento do contrato e a utilização da marca, assim como a prática de atos com aptidão de macular a imagem da autora. De rigor a procedência da ação para o fim de a ré se abster de utilizar qualquer imagem que identifique a marca e símbolo da autora. O valor fixado, R\$ 20.000,00, a título de danos morais atende a proporção aos danos causados. Reconhecimento do pedido de que os juros moratórios são devidos a contar do evento danoso. Os juros devem incidir a partir do dia seguinte à notificação enviada em 23 de janeiro de 2014. Apelo parcialmente provido.

A parte alega violação dos arts. 884 e 927 do CC, no que concerne ao valor fixado a título de danos morais, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

22. - Vale dizer, são duas as circunstâncias que acarretam indenização à Recorrente: 1) danos à imagem da UNIP em razão das condutas da Recorrida; E uso indevido da marca/imagem, sem autorização da UNIP.

23. - Essas duas circunstâncias foram corretamente verificadas pela r. sentença apelada e pelo v. acórdão recorrido, ao reconhecerem que a Recorrida "recebeu mensalidades indevidamente e deixou os alunos inadimplentes, também maculou a imagem da autora quando perdeu provas e documentos de aluno, retardando ou inviabilizando a expedição de

diploma", bem como que houve "a utilização da marca por tempo relevante depois da notificação (de janeiro a maio de 2014, fls. 36/37), cessando depois da liminar" (fls. 327).

24. - No entanto, com a devida vênia, apesar de o v. acórdão recorrido apontar que "o valor do dano moral tem que guardar certas proporções", nos termos do art. 884 do Código Civil (fls. 426), a quantia de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) fixada pela r. sentença e mantida pelo E. Tribunal a quo a título de indenização por danos morais não condiz com os graves prejuízos causados à imagem da Recorrente, tampouco com a utilização indevida da marca UNIP, durante meses, pela Recorrida.

[...]

31. - Nesse contexto, levando-se em consideração que, no presente caso, houve 1) utilização indevida da marca/imagem E ii) a prática de atos que acarretam danos à imagem da empresa, nota-se que a quantia fixada pelo v. acórdão recorrido (R\$ 20.000,00), em que houve a cumulação da utilização indevida da marca e danos à imagem da UNIP, revela-se muito inferior àquela necessária para efetivamente reparar os danos causados à Recorrente (fls. 441/443).

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"), uma vez que, muito embora possa o STJ atuar na revisão das verbas fixadas a título de danos morais, esta restringe-se aos casos em que arbitrados na origem em valores irrisórios ou excessivos, o que não se verifica no caso concreto.

Nesse sentido: "Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do óbice da Súmula n. 7 do STJ para possibilitar sua revisão. No caso, a quantia arbitrada na origem é razoável, não ensejando a intervenção desta Corte" (AgInt no AREsp 1.214.839/SC, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 8/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.269.094/PR, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt no AREsp 1.386.578/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 13/3/2019; e AgInt no REsp 1.761.700/RO, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 26/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente